



1 **ATA DA 144^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA**
2 **LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA.** No dia 07 de novembro de 2025, às **14h15**
3 em 2^a chamada, por videoconferência, realizou-se a 144^a Reunião Ordinária do
4 Subcomitê do Sistema Lagunar Maricá-Guarapina, com a seguinte pauta: **1.**
5 **Aprovação da pauta; 2. Aprovação da minuta da Ata/memória da 143^a RO;**
6 **3. Aprovação de novos membros nas vagas vacantes do Subcomitê e sua**
7 **participação em CTs, GTs e GTAs; 4. Estresse/emergência hídrica em**
8 **Maricá – continuação P2 e P3; 5. Definição da agenda das reuniões**
9 **ordinárias de 2026; 6. Projeto de Saneamento do Subcomitê; 7. Assuntos**
10 **gerais. Presenças: Poder Público:** Conselho Regional de Biologia (CRBio-02)
11 – Daniel Bêrredo, Valéria Lima Marques de Sousa; Secretaria de Proteção e
12 Defesa Civil de Maricá (SEPDEC) - João Flávio Paes Werneck; Secretaria de
13 Recursos Hídricos e Minerais – Fábio Martins. **Usuários:** Companhia de
14 Saneamento de Maricá (SANEMAR S/A) - Anderson Ferreira, Gleudes
15 Fernandes Praxedes de Oliveira; Águas do Rio - Amanda Bulhões, Igor
16 Rabello. **Sociedade Civil:** Associação de Preservação Ambiental das Lagunas
17 de Maricá (APALMA) - Flávia Lanari Coelho, Mara Cristina Siqueira; Instituto
18 Federal Fluminense – IFF Maricá - Luís Felipe Umbelino dos Santos.
19 **Convidados:** André Luís - Águas do Rio. **AGEVAP:** Tânia Sousa. Iniciada a
20 reunião passou-se aos itens de pauta: **1. Aprovação da pauta:** Flávia
21 questionou Daniel se havia algum ponto de pauta que Valéria Marques gostaria
22 de inserir e se a Secretaria Comitê Baía de Guanabara teria alguma demanda
23 do CBH-BG. Após negativa dos dois questionamentos, Amanda informou que
24 André Luiz da Águas do Rio participaria do item quatro, mas só conseguiria
25 chegar às 15h. Não houve objeção quando a pauta, sendo aprovada por
26 unanimidade. **2. Aprovação da minuta da Ata/memória da 143^a RO:** Em
27 relação à aprovação da minuta da ata de outubro, Flávia pediu aos titulares que
28 se manifestassem, não houve objeção e a minuta foi aprovada por
29 unanimidade. **3. Aprovação de novos membros nas vagas vacantes do**
30 **Subcomitê e sua participação em CTs, GTs e GTAs:** Flávia indagou os
31 presentes sobre a aprovação da candidatura da Secretaria de Recursos

32 Hídricos e Minerais, que enviou a documentação, com Carlos Eduardo Airosa
33 de Oliveira como titular e Fábio Martins como substituto. Flávia solicitou a
34 aprovação do plenário para que Daniel, suplente de Valéria, a representasse
35 neste ponto e na manifestação da comissão eleitoral, permitindo que o novo
36 membro tivesse direito a voto após a aprovação. A entrada da Secretaria foi
37 aprovada, e Fábio Martins assumiu a condição de titular na reunião, com direito
38 a voto. Flávia perguntou a Fábio se a Secretaria teria interesse em participar de
39 alguma CT ou GT do CBH-BG, mencionando o GT Tolueno e outras
40 Emergências Ambientais do CBH-BG. A Secretaria do CBG confirmou que o
41 GT Tolueno requer um titular e um suplente e listou as Câmaras Técnicas
42 ativas. Fábio solicitou que a documentação fosse enviada para análise e para
43 verificar se havia vagas, com Flávia concordando em repassar a lista de CTs e
44 GTs com a informação de vagas. Flávia manifestou sua intenção de
45 permanecer como titular no GT Tolueno do CBG, que também trata de
46 gerenciamento de risco, Amanda confirmou que Águas do Rio já possuía outro
47 representante neste GT. Foi aprovado que Flávia permaneceria como titular até
48 a reunião de dezembro, quando haveria uma nova manifestação sobre a
49 participação no GT Tolueno. **4. Estresse/emergência hídrica em Maricá –**
50 **continuação P2 e P3:** Flávia levantou uma questão sobre o Estudo da
51 Sanemar não ter sido recebido pela Secretaria de Recursos Hídricos e
52 Minerais. Anderson comprometeu-se a apurar a situação com a Presidência,
53 pois a informação anterior era de que o processo seria enviado para a
54 Secretaria. Anderson solicitou o contato de Fábio para verificar o andamento do
55 processo no **VIPRO** e, se ainda estivesse na Sanemar, fazer a remessa do
56 estudo no mesmo dia. Flávia questionou a participação oficial da Sanemar ou
57 da Prefeitura de Maricá no Conselho de Titulares da Concessão da CEDAE,
58 conforme citado no estudo. Anderson esclareceu que o papel é exercido pelo
59 prefeito ou vice-prefeito, e que o Conselho é predominantemente político, o
60 Conselho de Titulares é composto apenas por membros do poder público,
61 especificamente os prefeitos e o governador, que é o presidente. Flávia
62 indagou sobre a participação do subcomitê em um outro Conselho que inclui

63 ONGs e Comitês de Bacia, além do conselho de titulares exclusivo do poder
64 público. Fábio mencionou que a Secretaria não participa por ser nova. Amanda
65 disse que precisava verificar quem participa da concessionária neste Conselho
66 mais amplo. Flávia enfatizou a importância de ter representantes de Maricá
67 para defender os interesses locais. Segundo, Flávia questionou se a solução
68 para o abastecimento de Maricá seria priorizada no cronograma de
69 investimento de curto prazo, conforme o estudo. André Luís, explicou que sim,
70 a Águas do Rio está priorizando investimento a curto prazo para resolver a
71 situação hídrica de Maricá, tendo em vista que a concessão é de 35 anos, o
72 curto prazo abrange até os seus cinco, sete primeiros anos. O estudo dos
73 Produtos 2 e 3, que está sendo debatido aqui nesse fórum, leva em
74 consideração o rio Tanguá como principal manancial. Contudo, a empresa está
75 fazendo outros levantamentos a respeito de um corpo hídrico chamado
76 Caceribu, onde indica que ele tem uma vazão suficiente para suprir todo o
77 Município de Maricá. Tentando esclarecer um pouco e acalmar esse fórum, é
78 que Águas do Rio está priorizando, sim, os estudos já estão em andamento. A
79 ideia é que comece no mais tardar em 2 anos toda a obra para trazer esse
80 recurso e disponibilidade hídrica para Maricá, assim como também está sendo
81 pensado e estudado como uma segunda opção, um estudo do Imunana
82 Laranjal para abastecimento prévio e aumento da cobertura até São José do
83 Imbassaí, que também faz parte de Maricá. Anderson questionou sobre um
84 suposto aumento de 15% na tarifa de água em Maricá, possivelmente ligado ao
85 pleito de reequilíbrio por falha no esgotamento em outros municípios. André
86 Luís esclareceu que o pleito de reequilíbrio está parado no TCU, envolve
87 apenas a CEDAE e a Águas do Rio, e não causaria aumento tarifário em
88 Maricá, onde o esgoto é de responsabilidade da prefeitura. André Luís corrigiu
89 a informação de aumento, afirmando que o reajuste tarifário anual previsto em
90 contrato para o Bloco 1 (que inclui Maricá) foi de 10%, e não 15%. Ele
91 esclareceu à Flávia que o estudo da Águas do Rio foca no corpo hídrico do
92 Caceribu, que fica no município de Tanguá, e não mais no Rio Tanguá, porque
93 este último não atende à crescente demanda hídrica de Maricá. André Luís

COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS**SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG****SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA - SSLM-G**

94 explicou que a cidade cresceu mais do que o previsto no estudo anterior da
95 Sanemar, exigindo a busca por uma vazão maior no Caceribu e destacou que
96 suas falas são somente sobre água, não se referem a esgoto. Flávia aproveitou
97 a presença do Anderson para informar a má qualidade do material usado nos
98 tampões dos bueiros e no cimento na sua rua em São José, relatando que os
99 tampões estão quebrados e o cimento rachado, mesmo sem a rede de esgoto
100 e a Estação de Tratamento (ETE) estarem finalizadas. Anderson pediu que
101 Flávia enviasse fotos e um relato simples, via grupo ou ata, para que ele
102 pudesse acionar a Diretoria e os fiscais para averiguar a qualidade do material,
103 que deve ser da contratada. Sobre o P2 e P3, Daniel indagou sobre os
104 documentos com as obras previstas pros 5 anos pro sistema de abastecimento
105 de água, na época em 2022, se esse documento foi entregue e está disponível.
106 Questionou também sobre os parâmetros colocados na EVTE, que tinha 0% de
107 tarifa social e só 10% de inadimplência. Isso foi questionado, no relatório e se a
108 Águas do Rio vai continuar com esses números para fazer os cálculos. André
109 Luís respondeu que a princípio, foi realizada uma apresentação, demonstrando
110 todos os investimentos que foram feitos em Maricá, inclusive extensões de
111 redes e agora o estudo que tá sendo feito para crise hídrica em Maricá, que é o
112 do Rio Caceribu. Complementou informando que EVTE foi um estudo de
113 viabilidade técnica, não foi executado pela Águas do Rio, esse estudo técnico
114 na época do leilão foi realizado por uma empresa terceira contratada pelo
115 governo do Estado. Então a Águas do Rio levou os dados como parâmetro
116 inicial para calcular todos os investimentos previstos, mas não utiliza hoje o
117 EVTE quando se trata de qualquer assunto com relação à tarifa social ou
118 índices de economias ou populacional, EVTE é um estudo pré-leilão, com a
119 ocorrência do leilão não se usa o EVTE, a não ser que seja para pleitos
120 regulatórios é um assunto com a AGENERSA. Daniel solicitou os números
121 atualizados de tarifa social e taxa de inadimplência utilizados pela Águas do
122 Rio. André Luís respondeu que essas informações são internas da
123 concessionária, devem ser solicitadas por ofício, e que o índice de tarifa social
124 está sendo rediscutido na AGENERSA. Flávia concordou em elaborar um ofício

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: subcomite.marica-guarapina@bol.com.br

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

125 pelo subcomitê para obter as informações não respondidas. Flávia questionou
126 a Águas do Rio sobre o envio de água do segundo distrito para o primeiro
127 distrito antes da implantação dos reservatórios, conforme citado no P3
128 (Diagnóstico do Segundo Distrito). Flávia afirmou que a água da ETA Bananal
129 não está chegando a Bambuí e Cordeirinho, bairros do segundo distrito, e
130 solicitou esclarecimento sobre a construção dos reservatórios. André Luís
131 questionou Flávia sobre a afirmação de que não estava sendo enviada água
132 para Maricá e Bambuí Cordeirinho, alegando que a empresa abastece a área e
133 a ETA Bananal supre inclusive o 1º Distrito. Flávia respondeu que, de acordo
134 com o estudo, a vazão da captação não seria suficiente para abastecer o 1º
135 Distrito sem a construção dos reservatórios propostos no estudo da Sanemar, e
136 ela queria entender por que os reservatórios não foram construídos antes do
137 abastecimento começar. André Luís esclareceu que o estudo da Sanemar
138 propõe a viabilidade dos reservatórios, mas isso não impede que a água seja
139 enviada da ETA Bananal para a ETA Flamengo, como ocorre atualmente.
140 Flávia enfatizou que os reservatórios mencionados no estudo, realizado pela
141 Politécnica da UFRJ, seriam à montante da captação e queria entender por que
142 as entidades (Sanemar e Águas do Rio) pareciam não estar em diálogo sobre
143 esse estudo de qualidade. André Luís negou a falta de diálogo e informou que
144 a Águas do Rio está estudando uma forma mais prática, como o estudo do Rio
145 Caceribu, que oferece uma vazão suficiente para atender a toda Maricá.
146 Destacou que o estudo da UFRJ é de qualidade, mas a Águas do Rio não é
147 obrigada a segui-lo, buscando formas mais econômicas de resolver a crise
148 hídrica. André Luís informou que, embora a Águas do Rio possua autorização
149 do INEA para furar poços em caráter emergencial essa situação de furação de
150 poços não ocorreu ainda. Então não existe a furação de poços até então, a
151 perfuração ainda não ocorreu. Flávia expressou preocupação com o uso de
152 poços artesianos no município devido à natureza fissural do aquífero de Maricá
153 e a falta de estudos de vazão das fissuras, temendo que a exploração intensa
154 para abastecimento pudesse secar essas fissuras. André Luís explicou que a
155 empresa realiza estudos de linhas geofísicas para detectar resistividade no

156 solo (presença de água), e a perfuração de poços é necessária para fazer os
157 estudos de vazão e qualidade, que são os indicadores para a utilização ou não
158 do poço. Ele ainda mencionou que o próprio Produto 3 do estudo da UFRJ
159 sugere a perfuração de poços em dois locais e que a Águas do Rio busca a
160 melhor maneira, com autorização do INEA, de encontrar locais para curto
161 prazo. André Luís destacou “Os reservatórios eles pautaram na UFRJ o estudo
162 para captação de água pluvial. É uma água onde tem locais onde tem um
163 índice pluviométrico ótimo e que constante, que chovem constantemente e que
164 poderiam se tratar como reservatórios para que a gente capite e jogue pra
165 Bananal e a partir disso abasteça a ETA. A gente abastece tanto o setor
166 Distrito 1 quanto o Distrito 2 com a água da ETA Bananal. E com isso a gente
167 tem o estudo Caceribu, que é o estudo onde a gente conseguirá abastecer toda
168 a região de Maricá, inclusive os distritos dois e um. Então, entenda que o
169 estudo feito pela UFRJ, ele é um estudo sim de qualidade. Ele é um estudo sim
170 que tem dados reais e que mostram viabilidade de fato. Contudo, Águas do
171 Rio, ela está estudando uma forma mais prática, melhor para que a gente
172 consiga abastecer Maricá em toda a crise hídrica, que é o estudo do rio
173 Caceribu, como foi informado anteriormente, que tem uma vazão suficiente
174 para atender toda o município de Maricá. Então, eu sei que o estudo é de
175 qualidade, mas não quer dizer que a gente seja obrigado a passar e a seguir
176 esse estudo.” André Luís mencionou que precisava se ausentar da reunião e
177 deixou Amanda para anotar questionamentos futuros. Flávia propôs a Fábio
178 que a Secretaria organizasse uma reunião extraordinária em janeiro ou
179 fevereiro de 2026, enviando antecipadamente todos os questionamentos sobre
180 o estudo de segurança hídrica, a intenção é que todas as perguntas sejam
181 respondidas de forma organizada, evitando o desgaste. Fábio concordou em
182 alinhar a questão com Airosa na segunda-feira e solicitou que Flávia enviasse
183 as demandas. Flávia informou que enviaria todos os questionamentos,
184 incluindo os produtos P-0 a P-5. **5. Definição da agenda das reuniões**
185 **ordinárias de 2026:** Flávia propôs definir as agendas das reuniões ordinárias
186 de 2026, visando evitar problemas de quórum como ocorreu no passado. Flávia

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: subcomite.marica-guarapina@bol.com.br

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

187 destacou que as reuniões de Maricá, embora remotas, têm sido realizadas às
188 sextas-feiras por questões de conforto, mas que alguns membros, como João
189 Flávio têm dificuldades com este dia. Flávia solicitou sugestões de dias da
190 semana, pedindo apenas que as reuniões fossem mantidas à tarde, e
191 mencionou que as reuniões do CBH-BG atualmente acontecem às segundas-
192 feiras, solicitando que se evitasse às segundas-feiras para as reuniões, exceto
193 em caso de consenso. Flávia propôs manter a reunião na primeira semana do
194 mês, na parte da tarde. Após discussões e manifestações de membros, a
195 maioria concordou em realizar as reuniões às quintas-feiras. Após discussões,
196 ficaram acordadas as seguintes datas para as R.O. de 2026, sempre às 14h00:
197 08 de janeiro, 05 de fevereiro, 05 de março, 02 de abril, 07 de maio, 11 de
198 junho, 02 de julho, 06 de agosto, 03 de setembro, 01 de outubro, 05 de
199 novembro, 03 de dezembro. **6. Projeto de Saneamento do Subcomitê:** Flávia
200 abordou o Projeto de Saneamento do Subcomitê e a atuação do Grupo de
201 Acompanhamento (GTA). Destacou a má qualidade do trabalho da empresa
202 responsável pelo contrato, classificando-o como de "qualidade zero", e solicitou
203 que fosse fornecida uma minuta de ata ou memória das reuniões do GTA.
204 Valéria complementou dizendo que o contrato do Saneamento de Maricá visa
205 pensar no saneamento onde a Sanemar não consegue intervir, utilizando
206 recursos do Comitê. Explicou que no GTA eles avaliam os produtos entregues,
207 como se fosse um pré-produto, e que o Produto 2 de saneamento, que passou
208 por revisões solicitadas pelo GTA, trata das limitações nas áreas para
209 instalação de esgotamento. Flávia destacou que a empresa não citou a laje de
210 pedra no Silvado, que inviabiliza o esgotamento sanitário tradicional em parte
211 do núcleo populacional. Valéria Marques ressaltou que a qualidade dos dados
212 precisa ser refinada antes de aceitar os produtos e tomar decisões de
213 investimento com base neles. Valéria compartilhou a tela, mostrando o
214 documento entregue pela Paralela Bio Infra Engenharia, que é o Estudo de
215 Concepção, Projeto Básico e Projeto Executivo de sistema de esgotamento
216 sanitário nas localidades do Vale da Figueira, Espraiado e Silvado. Nessa
217 primeira etapa foram dois produtos já entregues que necessitavam de

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

218 correção. Valéria destacou que algumas informações foram baseadas no
219 Censo de forma solta, sem citar referências. Continuou destacando sobre a
220 qualificação dos impactos ambientais, apontando poluição do solo, poluição
221 local, poluição sonora e as medidas de controle ambiental previstas para cada
222 tipo de impacto. Sobre as obras de implantação da rede de esgotamento, o
223 documento descreve as fases das obras. Valéria sugeriu que as Secretarias de
224 Recursos Hídricos e Minerais, a Secretaria do Ambiente e a Sanemar se
225 apropriassem e acompanhassem a discussão sobre as obras de implantação
226 da rede de esgotamento, pois o estudo de concepção visa levantar a situação e
227 pensar em soluções para áreas não atendidas pela Sanemar. Flávia reforçou
228 que o foco dos investimentos do Subcomitê tem sido priorizar os mananciais e
229 cursos hídricos abastecedores para garantir a qualidade da água bruta. Flávia
230 solicitou que a Secretaria de Recursos Hídricos participe do GTA de
231 Saneamento de Maricá, pois o tema é relevante para a parte hídrica, e
232 expressou preocupação com o gasto de dinheiro público com um produto de
233 baixa qualidade e criticou a resposta da empresa de que, sendo apenas um
234 Estudo de Concepção, não precisava de exatidão nas informações. Anderson
235 interveio para esclarecer que a Sanemar é uma economia mista com plano de
236 investimento próprio e que a transferência da obrigação para a Águas do Rio
237 não é possível. Ele também mencionou que a UFRJ está trabalhando na
238 revisão do Plano Municipal de Saneamento e que a Sanemar trabalha
239 conforme planos formais que são leis. Anderson afirmou que o município agirá
240 em conjunto com os participantes, mas que as ações devem considerar o
241 estudo do Plano Diretor e as áreas de crescimento do Município. Valéria
242 ressaltou que a Sanemar, sendo uma economia mista, está sujeita a regras de
243 licitação pública e deve considerar o PPA, o PPP e a LOA para a destinação de
244 recursos, o que significa que as decisões não dependem apenas da
245 Presidência da Sanemar. Valéria também enfatizou que qualquer documento
246 ou plano deve ser compatível com a realidade do município e outros planos
247 existentes ou em revisão, destacando a importância do diálogo contínuo.
248 Anderson mencionou que o planejamento inicial, que priorizou a instalação de

249 tubulações de esgoto sem a operação imediata, evoluiu para a percepção de
250 que é melhor colocar as estações de tratamento para funcionar. Destacou que
251 em 2026 haverá um salto no saneamento de Maricá, com a contratação e
252 operação de estações de tratamento para revitalizar as lagoas e tornar
253 operacional o que já está enterrado, o que visa tratar o esgoto que hoje é uma
254 demanda geral. Anderson sugeriu que o Município deve considerar a questão
255 do saneamento sob a perspectiva de uma "smart city", buscando soluções da
256 natureza, como bolsões esponja. Anderson defendeu que o Município deve
257 buscar financiamento externo (Federal ou Estadual) para não depender de
258 recursos próprios. Anderson destacou a importância da recém-criada
259 Secretaria de Recursos Hídricos para dar apoio e avançar nas questões dos
260 mananciais, reconhecendo que tentar "abraçar o mundo" extrapola as
261 atribuições municipais. **7. Assuntos gerais:** Valéria, em assuntos gerais,
262 mencionou a discussão sobre convênios com entidades de ensino superior
263 para destinar verbas a atividades de nível superior, como extensão e educação
264 ambiental. Ela explicou que isso poderia viabilizar a captação de recursos ou a
265 destinação de verbas do comitê para a universidade, e que apesar da
266 dificuldade em estabelecer o primeiro convênio com a Fiocruz, a AGEVAP
267 sinaliza positivamente para novos convênios, mas o escopo das atividades
268 deve ser bem delineado. Flávia relatou que a oficina do PAAD aprovou o uso
269 de uma verba de R\$ 3.000.000,00 (três milhões) para saneamento rural, uma
270 proposta de Marcos Jorge - AGEVAP. Explicou que a ideia é usar soluções
271 alternativas, muitas vezes individuais, para locais onde o esgotamento "normal"
272 não é viável, como sítios no Silvado, e mencionou a segunda etapa do
273 SANEAR-BG, em que Maricá não foi contemplada, mas pode ser incluída em
274 uma próxima etapa para aplicação de recursos em saneamento. Segundo os
275 cálculos de Marcos Jorge, o montante disponível daria para aproximadamente
276 350 soluções individuais. Valéria esclareceu que existe um levantamento
277 preliminar antes da execução do serviço e que a prioridade no SANEAR-BG1
278 foi dada a áreas de quilombo e regiões isoladas com populações em condições
279 de vulnerabilidade. Anderson expressou preocupação sobre o uso de dinheiro



**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS
SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG**

SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA - SSLM-G

280 público em soluções individuais para sitiantes, questionando o processo de
281 seleção dos beneficiados e as condições das pessoas. Valéria esclareceu que
282 existe um levantamento preliminar antes da execução do serviço e que a
283 prioridade no SANEAR-BG1 foi dada a essas **áreas**. Sem mais assuntos a
284 serem debatidos, a reunião foi encerrada às 17h10.

285

286

287

288 Maricá, 07 de novembro de 2025

289

290

291 Flávia Lanari Coelho

292 Valéria Lima Marques de Sousa

293 Paulo Cardoso da Silva

294 **Coordenação Colegiada Subcomitê Maricá**

295

296

297

298

299 **Encaminhamentos:**

- 300 1. Solicitar publicação ata 143 RO (SE);
- 301 2. Publicar calendário reuniões 2026;
- 302 3. Verificar possibilidade da Secretaria de Recursos Hídricos e Minerais
303 captarem uma reunião com a Águas do Rio para finalizar os questionamentos
304 relativos ao Estudo de Segurança Hídrica (Coordenação / Secretaria de
305 Recursos Hídricos).